

DEPÓSITO LEGAL  
-0.660.1975



371

# Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 2 (N.ª Série) 30 de Julho de 1975 Preço 4\$00

## prosseguir com todas as energias a tarefa de definição do Programa



## de UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

Um programa revolucionário, uma frente política e social capaz de o levar por diante e um governo de unidade revolucionária que emane dessa frente, constituem em síntese a alternativa à actual crise política, defendida pelo Movimento de Esquerda Socialista.

O que é um programa revolucionário?

É um programa que assegure a caminhada irreversível para o socialismo. Um programa que acabe com as hesitações e indefinições mantidas até agora pelos governos de conciliação de classes. Um programa que inclua um conjunto de medidas populares imediatas que limitem o campo de manobra da reacção capitalista.

Um programa revolucionário terá necessariamente que começar por definir o socialismo como uma fase de transição para a sociedade sem classes.



13-7/2

COMITÉ DE INFORMAÇÃO SOBRE A LUTA DO POVO BASCO

O povo trabalhador basco em luta contra o fascismo, sente-se solidário com o combate decidido que o povo trabalhador português realiza neste momento tendo em vista a destruição da reacção capitalista, em direcção à revolução socialista.

O povo basco assim como as classes trabalhadoras das diversas nacionalidades que compõem o estado espanhol (Galegos, Países Catalães e Andaluzia), fazem um apelo às forças democráticas, mormente à classe operária portuguesa, no sentido de impedir o assassinato dos trabalhadores bascos, Garmendia e Otaegui, prisioneiros



do fascismo sujeitos a pena de morte e já gravemente feridos, aquando da sua detenção.

A única prova que o governo fascista tem, são as suas declarações arrancadas sob torturas; condenados os dois camaradas da E.T.A. à pena de morte, não é somente o assassinato de dois trabalhadores que o fascismo quer realizar, mas sim destruir a vontade de todo um povo que luta pela sua libertação, como povo e como classe.

**E POR ISSO CAMARADAS QUE APELAMOS PARA A VOSSA SOLIDARIEDADE MILITANTE.**

- Solidariedade com o povo trabalhador basco.
- Viva a luta do povo trabalhador português
- Contra a execução de Garmendia e Otaegui
- Viva a revolução socialista mundial

**Açores - Moção**

Os revolucionários presentes no comício do Movimento de Esquerda Socialista, em Lisboa no dia 23 de Julho, considerando:

«: O agravamento da situação política nos Açores;

»: Que os Açores são o elo mais fraco do processo revolucionário português;

º: Que as medidas do conselho da Revolução para os Açores aparecem como uma vitória da frente de libertação dos Açores. — F.L.A., visto não terem sido situadas na realidade actual do arquipélago, e só terem aparecido após os graves acontecimentos de 6 de Junho;

/: Que o general Altino Pinto de Magalhães está a soldo da F.L.A., libertando os reacccionários presos e tomando atitudes fascizantes;

º: Que os militantes e as organizações progressistas de esquerda correm perigo;

Exigem:

Prisão imediata dos reacccionários da F.L.A. e seu envio para Caxias;

»: Saneamento do general Altino Pinto de Magalhães, travão do processo revolucionário nos Açores, governador militar e presidente da Junta Governativa;

º: Que o Conselho da Revolução dê curso às medidas já propostas pelas forças progressistas com implantação local;

Manifestam ainda a sua solidariedade militante para com os revolucionários que nos Açores lutam contra o imperialismo.

**O caso José Diogo**

**A justiça burguesa desmascara-se**

Zé Diogo é um operário agrícola que desde sempre trabalhou a terra de outrem ganhando magra jorna que mal dá para o sustento.

Trabalhava perto de Castro Verde, na herdade do Columbano, conhecido fascista da zona.

Ao serem acordados os novos contratos, instituindo as 8 horas semanais e estabelecendo pequenos aumentos de ordenado, o Columbano recusou-se e cumprir.

A situação foi-se tornando cada vez mais tensa até que, a pretexto de uma desobediência, o fascista despediu o operário.

Zé Diogo, sem emprego, e com família a sustentar, viu-se obrigado a voltar a bater à porta do latifundiário tentando ser readmitido. O patrão pretendia expulsá-lo a soco. Zé Diogo defendeu-se com a faca que usava e justiça foi feita. Passou a haver menos um fascista em Portugal.

Estes são os factos de um caso que dura já há



A mesquinhez e o reacccionismo da justiça burguesa numa gravura do princípio do século

um ano.

A lei burguesa (que ainda não foi revogada) diz que a morte do Columbano é crime!

A razão e vontade popular dizem que é justiça.

Um sistema legal nunca é neutro. Está sempre ao serviço de alguém.

A lei popular defende o latifundiário!

A lei popular tem de defender o trabalhador.

O processo revolucionário que vivemos mos-

tra bem que é da evolução da luta de classes e do equilíbrio de forças que em cada momento se verifica que dependem as soluções encontradas para cada conflito em concreto.

O caso José Diogo fica a constituir um momento importante. O momento em que pela primeira vez em Portugal a justiça popular se sobrepôs à justiça burguesa.

Membros de CT's e trabalhadores de Castro

Verde formaram o tribunal. Zé Diogo foi absolvido. Columbano foi condenado.

Hoje caso isolado, a JUSTIÇA POPULAR ir-se-á tornando regra à medida que o Poder Popular se afirmar, que a organização popular se desenvolva.

É tempo de serem os trabalhadores organizados, a julgar os trabalhadores... e a burguesia!

**análise do**



O Editorial deste número do Boletim do M. F. A. é extremamente pouco claro. Afirmam-se verdades quanto a nós indiscutíveis, na primeira parte: «Os verdadeiros problemas do País não são as divergências partidárias. Os verdadeiros problemas do País são os problemas da construção do Socialismo. Assiste-se em Portugal a uma luta muito difícil entre as camadas exploradas da população e os extractos que pretendem manter essa exploração».

Contudo, não se definem nem concretizam quais as forças empenhadas na difícil luta que actualmente vivemos. Esconde-se a realidade, ao afirmar que o Partido Socialista e o Partido Comunista integram camadas sociais fundamentais para a Revolução socialista e que «sem estas forças (o P. S. e o P. C.) não

será possível o Socialismo em Portugal». Dizemos que se esconde a realidade porque a direcção do P. S., contra o que tem sido afirmado, não é aproveitada pela reacção. A cúpula do P. S. é a ponta de lança da reacção; defende e representa, não os interesses da pequena e média burguesia; e de parte do proletariado, mas sim o capitalismo nacional e internacional. Esta questão é de primeira importância, neste momento. A tenaz oposição que estes senhores têm desenvolvido a todas as conquistas dos trabalhadores é indiscutível. A campanha feita à volta dos casos «República» e Rádio Renascença, utilizadas para isso todas as mentiras e calúnias de que se lembraram; o culminar da feroz campanha ultimamente desenvolvida à volta da apro-

vação do Poder Popular na A. M. F. A. são provas irrefutáveis do carácter contra-revolucionário da estratégia seguida pelo P. S. A luta que vivemos não é efectivamente entre o P. S. e o P. C. Encará-la deste modo é falso e perigoso. O que vivemos é a luta entre a reacção e a revolução.

Tudo isto não exclui que a revolução se debata com graves problemas, bem pelo contrário. A estratégia reformista seguida pelo P. C. P. prova a cada passo a sua incapacidade de unir o bloco histórico capaz de realizar a revolução. Esta questão, de ganhar para a revolução as camadas hesitantes, merece que se reproduza uma breve análise sobre a pequena burguesia, feita por um revolucionário espanhol: «A pequena burguesia, potencialmente, não é nem revolucionária

nem reacccionária. Ela quer a ordem — qualquer espécie de ordem — mas sempre ordem... E tal ordem só a burguesia ou o proletariado podem restabelecer. Quando a classe operária age decisivamente e dá a impressão do que quer e para onde se dirige, a pequena burguesia está neutralizada e uma vasta parcela dela segue o proletariado, ou, mais correctamente, é arrastada por ele. Mas se a classe operária falha no momento decisivo, a pequena burguesia perde a fé nela, volta-lhe as costas e, uma vez mais, fita os olhos na grande burguesia. Se, nesse momento, tiver surgido um dirigente mais ou menos demagógico não lhe será difícil aproveitar-se do descontentamento das classes pequeno burguesas e convertê-las em base social, para um movimento destinado a quebrar a classe operária e instituir um regime de sangrenta ditadura do grande capital (fascismo)».

# Editorial

## aos revolucionários cabe prosseguir com todas as energias a tarefa de definição do Programa de Unidade Revolucionária

Aos revolucionários exige-se neste momento sobretudo uma grande firmeza em relação aos objectivos estratégicos. Quer dizer, para o avanço da Revolução Socialista em Portugal não pode haver qualquer transigência no que diz respeito à construção do Poder Popular, às alianças de classe que o proletariado tem de efectuar e ao programa de unidade dos revolucionários, da classe operária e dos explorados e oprimidos.

1. A definição do Poder Popular como fase de luta em que se afirma progressivamente a direcção da classe operária na sociedade portuguesa é uma pedra de toque fundamental que separa os que se opõem frontalmente à Revolução Socialista daqueles que estão no campo dos interesses populares.

A construção do Poder Popular é a negação consequente da democracia burguesa em Portugal, é a base de unificação das forças de vanguarda civis e militares, é o terreno em que se cimentam as alianças de classe necessárias e se isolam as forças da reacção capitalista.

Um amplo leque de forças políticas, incluindo os sectores progressista e revolucionário do MFA e algumas organizações de definição estratégico reformista (democrática e nacional ou democrática e popular), têm vindo a adoptar esta posição. Mas isso não significa objectivamente nenhum malabarismo tático da sua parte. Significa a falência dessas estratégias e a existência de condições objectivas para a Revolução Socialista.

A mesma afirmação no Congresso dos Sindicatos do passado fim-de-semana é por nós saudada como uma prova de que o movimento sindical português está consciente de qual o caminho da emancipação dos trabalhadores.

2. A Revolução Socialista em Portugal não se fará sem sólidas alianças entre o proletariado e um conjunto de camadas sociais exploradas, como nós definimos no nosso programa aprovado em congresso.

Para o M.E.S. essas alianças significam ganhar o consenso dos sectores não-proletários dos explorados e oprimidos para uma estratégia e uma tática proletárias. É o problema da direcção proletária na Revolução e do programa de classe contendo as medidas imediatas que respondem às aspirações dessas camadas.

Por outro lado, essa aliança não se forja em qualquer terreno da actividade social e política.

ca. Em Portugal, não se forja no terreno das instituições democráticas — burguesas — nas eleições e na luta parlamentar. O único terreno onde se constrói essa aliança é o da organização apartidária das massas, com os objectivos imediatos de resolução dos seus problemas, ensaiando o seu próprio poder e controlando os órgãos do velho aparelho de Estado.

3. Neste quadro os perigos fundamentais que o avanço do processo revolucionário enfrenta são os obstáculos que se opõem à afirmação da direcção proletária no processo, e à elaboração do programa de unidade revolucionária.

Um desses obstáculos é a proposta socialdemocrata, cuja versão mais sofisticada está na recente «Proposta de acção imediata» do P.S., espécie de «compromisso histórico» apontando o caminho mais curto para o... fascismo. Para a social-democracia a aliança de classes «necessária ao avanço revolucionário» celebrar-se-ia no cerne do aparelho de Estado capitalista, liquidando o Poder Popular (a que chama anarcopopulismo), reforçando a exploração capitalista (para tal chama irrealista e suicida o programa económico anunciado por Vasco Gonçalves numa das AMFA) mantendo a fórmula da coligação governamental como peça fundamental do aparelho de

Estado e bloqueando a unificação da vanguarda (daí o repúdio da Frente Unitária Popular... vista como «partido único»).

A proposta social-democrata culmina, de resto, toda uma série de acções contra-revolucionárias em que o PS se tem empenhado, procurando isolar os sectores progressistas e revolucionário do MFA, e dividir o movimento popular. E, nela se acobertam todos os contra-revolucionários!

4. Como reafirmámos no comício de 23 de Julho, estamos na fase decisiva do processo em que tudo pode ser ganho ou perdido.

No momento em que prossegue a formação do novo Governo, em que o MFA deu um primeiro passo na centralização do poder, aos revolucionários cabe prosseguir com todas as energias as tarefas de definição do Programa de Unidade Revolucionária, da unificação da vanguarda política do processo numa Frente Unitária Popular, primeiro passo na unificação da vanguarda de classe, para a construção do Poder Popular, a caminho do Socialismo.

Consciente das suas responsabilidades, neste mesmo comício o M.E.S. reafirmou o seu empenhamento total nessas tarefas!



ASSINATURA

# Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 300\$00

estrangeiro-Europa 400\$00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

Administração: Av. D. Carlos I - 128, Lisboa (tel. 66 26 83)

# Poder Popular

jornal semanal — todas as 4.ª feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e impressão Renascença Gráfica - SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

# ALMADA COMÍCIO

6.ª feira — 21.30

## INCRÍVEL

## ALMADENSE

# A situação actual e as tarefas da classe operária



## DOCUMENTO DO CDT DA LISNAVE

Face à actual situação política e às implicações que daí resultam para a Lisnave, entende o C.D.T. que é da maior importância lançar um amplo debate sobre as formas de organização dos trabalhadores que possam garantir a vitória da luta pelo socialismo.

Chegou a altura em que a classe operária e os trabalhadores seus aliados não podem continuar somente a impulsionar o processo revolucionário pelo desenvolvimento das suas lutas. É necessário, mais do que nunca, fazer agora de todas as lutas uma alavanca na construção do poder organizado dos trabalhadores.

Neste momento a classe operária e os trabalhadores seus aliados estão empenhados numa luta para destruir a sociedade capitalista e construir no seu lugar uma sociedade diferente, onde não existam exploradores, onde tudo pertença a quem tudo produz. Como é que isso se faz? Como é que se constrói o poder da classe operária e dos trabalhadores seus aliados?

É precisamente a esta pergunta que responde o documento agora aprovado pelo M.F.A. É com base na organização autónoma e apartidária que os trabalhadores desenvolveram nos locais de trabalho e habitação, alargando-a e generalizando-a por toda a parte, interligando-a a nível de zona, entre si e com os órgãos que democraticamente representam os militares, que esse poder se constrói. Só esta organização permitirá que

sejam os trabalhadores e não outros em seu nome a decidir dos seus destinos.

Neste momento é portanto indispensável definir claramente as tarefas principais que se deparam à classe operária e aos trabalhadores seus aliados. Estas consistem fundamentalmente em dois pontos:

### a) DESMANTELAMENTO DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA

Os capitalistas deste país, que até aqui tudo podiam e possuíam, não abandonarão sem luta os seus privilégios. Eles dispõem dos seus partidos, têm fortes ligações e o apoio dos seus aliados capitalistas estrangeiros e organizam milícias fascistas para a luta pela exploração. Há pois que exercer permanentemente vigilância! Mas tal não basta! O poder dos capitalistas só será definitivamente destruído, quando as massas trabalhadoras conquistarem a direcção das fábricas, a posse dos campos e a orientação da sociedade.

É nesta ordem de ideias que o C.D.T. preconiza a criação de órgãos de planeamento e controlo do sector da indústria de construção e reparação naval, como forma de neutralização das bases de acumulação monopolista, propondo a formação imediata de uma comissão a nível nacional, constituída por delegados de todas as comissões de trabalhadores do sector, que detenha o poder efectivo de orientar e dirigir a política de construção e reparação naval

do País, subtraindo-a definitivamente à orientação e direcção dos capitalistas.

### b) BATALHA DA ECONOMIA E CONTROLO DA PRODUÇÃO

A situação económica do País é grave, como consequência do saque e sabotagem dos capitalistas em fuga. O desemprego continua a aumentar, o volume de produção baixa e a balança de pagamentos é alarmante e deficitária. Para além disso, a dependência face aos mercados exteriores e o facto de se produzir para quem tem dinheiro, em vez de para quem tem necessidades, impõe uma reconversão profunda da nossa indústria. É neste sentido que o C.D.T. apela para todos os trabalhadores, apresentando-lhes factos concretos denunciadores da crise que afecta o sector da construção e reparação naval e da impossibilidade de lhe fazer face sem a reconversão dos meios de produção, inserida numa batalha da economia que não signifique apenas produzir mais, mas sim lutar contra o desemprego, impor prioridades que sejam as que melhor sirvam os trabalhadores e passar a produzir de acordo com as necessidades e não com o objectivo do máximo lucro.

É por essa razão que o C.D.T. defende a organização do controlo operário da produção, de forma a impedir que a reconversão económica venha a servir a reconstrução do capital e para que sejam os trabalhadores organizados a decidir o que se produz, co-

mo, quando e para quem!

Nesta fase decisiva do processo revolucionário compete a nós, classe operária, dirigir a organização de todos os explorados e oprimidos e levar por diante a tarefa que a todos nos une: a **revolução socialista**

Nesta fase decisiva do processo revolucionário não pode haver lutas de empresas que estejam desligadas da luta mais geral contra o capitalismo e o imperialismo, não pode haver lutas económicas que não estejam ao serviço dos objectivos políticos da revolução.

Nesta fase decisiva do processo revolucionário temos que quebrar as ideias e os hábitos que nos levam a ter apenas em conta o que se passa na nossa empresa ou no nosso sector, temos de saber que a própria satisfação das nossas necessidades e a melhoria das nossas condições de vida passa necessariamente pela satisfação das necessidades e da melhoria das condições de todos os trabalhadores e que todas dependem do avanço do processo revolucionário.

Na Lisnave, a tarefa prioritária que se nos coloca é a do reforço da nossa organização e do nosso poder de trabalhadores, tarefa para a qual o controlo operário tem importância fundamental.

Lisnave, 14 de Julho de 1975.

O Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave.

## Sindicato dos Contínuos e Porteiros

COMUNICADO

« Em 9/5/75, saiu uma Portaria sem número emanada do Ministério dos Assuntos Sociais em que concedia a promoção a 3.º Escrivário ao pessoal auxiliar administrativo e telefonista; ou seja, a não inclusão da nossa classe.

2. Depois de alguns elementos da classe terem conhecimento de tal Portaria, dirigiram-se ao Sindicato e este convocou uma reunião de delegados sindicais.

3. Das conclusões dessa reunião de delegados ficou decidido que no dia 22/5 iriam ao Ministério dos Assuntos Sociais entregar directamente ao Secretário de Estado uma carta exposição de total repúdio pela discriminação que o Governo fazia entre os vários trabalhadores da Previdência, fomentando assim a divisão.

4. Da entrevista concedida no dia 22/5 foi prometido pelo Secretário de Estado que se iria fazer um estudo completo sobre a tal Portaria.

5. Em 27/5 sai a Circular número 103/75 a comunicar a todas as Caixas que suspendessem a aplicação da Portaria.

6. Esta circular veio no momento trazer a certeza de que a classe iria ser ouvida e que a Portaria iria ser alargada.

7. Contudo, e com grande surpresa da classe, no dia 21 de Junho de 1975 é publicado com a mesma redacção no articulado, no Diário do Governo, a Portaria que anteriormente tinha sido publicada e suspensa. A única alteração é um pequeno preâmbulo que explica melhor.

8. No dia 11 realizou-se novo plenário de delegados onde foi aprovado um processo de luta.

9. No dia 15/7 voltaram os delegados sindicais ao Ministério para perguntarem ao Secretário de Estado se estava a brincar com os trabalhadores. Depois de várias negativas fomos atendidos nomeadamente pela secretária e pela chefe de Gabinete.

10. Entretanto como o Governo estava demissionário, também não fomos atendidos.

11. a) Se é ser contra-revolucionário fazer-se Portarias nas costas dos trabalhadores; se é ser contra-revolucionário fazer Portarias que dividem os trabalhadores; o que se há-de chamar aos elementos responsáveis que depois de reconhecerem que estavam a fazer documentos nas costas dos trabalhadores, depois de nomear uma técnica para tratar do assunto, assinam a mesma Portaria, depois de a ter suspenso.

b) Continuam-se a marcar audiências de uma tal forma que é como «para despachar», sem terem a certeza de receber no dia marcado. Além de que isto não acontece só no Ministério dos Assuntos Sociais, mas também noutros. (ex: Ministério do Trabalho).

à venda  
**Esquerda Socialista**  
 colecção completa  
 — 38 números —  
 — 75\$00 —

# Plenário da ITT — Luta pela emancipação

A dura luta pela emancipação que os trabalhadores travam no nosso país encontra em alguns casos obstáculos particularmente difíceis de vencer.

É o caso das multinacionais. Aqui o patronato reaccionário dispõe de condições especialmen-

te favoráveis para se opor a todas as movimentações dos trabalhadores que visam impor condições de trabalho mais justas.

A circunstância da maioria das unidades fabris se limitam à montagem de componentes (caso da que falamos neste

artigo) permite ao patronato, sempre que necessário, o fantasma do encerramento da empresa, excluindo-se qualquer hipótese autogestionária pelos trabalhadores devido à inviabilidade de reconversão da própria fábrica.

Na I.T.T., semiconduto-

res, os trabalhadores conhecem bem as dificuldades das suas lutas, já conhecem o desemprego mesmo «oferecido» em baixela de prata com indemnizações superiores às legais, ou o subemprego com a frustração de quem recebe praticamente um subsídio de empre-

go.

Por isso os trabalhadores da ITT procuram reforçar a sua organização, condição importante para a continuação da sua luta. Reunidos em plenário, no passado dia 24, decidiram:

Exigir da administração até 31 de Dezembro, um plano de reestruturação que permita pôr fim às isenções de horário.

Saneamento definitivo sem indemnização da ex-assistente social Germana Robalo que se pretenda recolocar noutra serviço da empresa (retrato perfeito do domínio do capital internacional) os srs. Van Denwervel, Worp e Kostaer que ofi-

cialmente apenas afe-rem do ordenado máximo nacional 48 900\$00.

Tendo em vista o seu reforço organizativo serão discutidos projectos de reorganização da Comissão de Trabalhadores com a finalidade de evitar a existência de organizações paralelas que têm mostrado ter graves inconvenientes.

Finalmente foi apresentado para conhecimento dos trabalhadores um projecto de funcionamento da Ass. Popular de Cascais a cujas reuniões preparatórias elementos da Comissão Representativa dos Trabalhadores têm assistido como observadores.



# Congresso dos Sindicatos

## EXTRACTO DA INTERVENÇÃO NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CAMARADA MANUEL LOPES

«Este congresso é o resultado natural da luta desenvolvida pelos trabalhadores, nomeadamente da luta dos últimos cinco anos em que já se inscrevem o derrubamento da ditadura fascista e definição de um regime de transição para a sociedade socialista».

Referindo-se às condições actuais, considero que a vanguarda política revolucionária se encontra dividida e é urgente unificá-la sendo necessário observar escrupulosamente «os princípios do apartidarismo e da democraticidade interna da organização sindical, sob pena de se contribuir para a derrota do processo revolucionário e para o regresso ao fascismo! A luta que se trava não é uma luta entre partidos, mas ao contrário, uma luta entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos, a luta entre a reacção e a revolução, pelo que é necessário unificar todas as forças dos trabalhadores para derrubar o poder da burguesia nacional e do imperialismo e implantar o poder dos trabalhadores.»

«A institucionalização

pela Assembleia do M.F.A. dos órgãos embrionários do Poder Oeque é todo o Portugal) é a única e verdadeira causa da movimentação reaccionária que os fascistas e os sociais democratas seus herdeiros, desencadearam em vários pontos do País.

A pretexto do perigo de uma ditadura definida em abstracto, a reacção e os seus aliados naturais atiram trabalhadores contra trabalhadores e fazem todos os esforços para fazer crer ao povo que as hesitações e as contradições do processo revolucionário resultam dos elementos progressistas que sempre mostraram encontrar-se inequivocamente ao lado dos explorados e oprimidos contra o capitalismo e a exploração.

«Se a burguesia e os seus lacaios conseguem neste momento iludir alguns trabalhadores, se conseguem agora arremeter camponeses pobres e outros sectores da população, isso deve-se sobretudo ao facto de permitirmos que os nossos inimigos se mantivessem no Governo e à frente do aparelho de Estado, paralisando e boicotando

a aplicação de medidas concretas de resolução efectiva dos problemas que afectam os trabalhadores

«Os sectores populacionais, que sendo aliados potenciais do proletariado, e que têm vindo a ser arremetidos pela burguesia, só estarão conosco quando nós impusermos uma radical modificação no poder político, quando nós fizermos o saneamento total do aparelho de Estado e criarmos, portanto, as condições para a efectiva resolução dos seus problemas.

«... As tarefas prioritárias da classe operária e dos trabalhadores são lutar imediatamente por: nacionalização do comércio externo; nacionalização das principais empresas de transportes de carga; nacionalização das principais empresas de construção civil; ataques aos privilégios; expropriação de todos os palácios, moradias de luxo, iates, aviões... expropriação de todos os bens dos Melos, dos Champalimauds, dos Espirito Santo, dos Quinas e outros sugadores do sangue do povo que não cesam de conspirar contra

a nossa revolução; redução do rendimento máximo; reforma urbana com expropriação dos prédios que lhes proporcionam rendimentos acima do salário nacional máximo; construção de casas, com limites proporcionais aos salários; fixação de preços favoráveis aos camponeses e eliminação dos intermediários parasitas e garantia de compradas produções fundamentais, redução imediata do salário máximo; criação urgente de novos postos de trabalho, sobretudo em actividades que vão ao encontro das necessidades fundamentais do povo (habitação, saúde, ensino, transportes, etc).

«É ainda necessário: definir uma política de «controle» dos investimentos estrangeiros que defenda a independência nacional; impor o «controle» operário na indústria e «controle» dos camponeses sobre a reforma agrária com vista ao combate ao desemprego e ao aumento do custo de vida; definir uma política de informação revolucionária que seja factor decisivo da emancipação cultural dos explorados e oprimidos e combata o caciquismo ideológico.

quisimo ideológico.

«Garantidas as condições da prática de um programa que garanta a vitória da Revolução Socialista em Portugal, a classe operária e os tra-

balhadores não hesitarão em aceitar uma política de austeridade que, no entanto sendo necessária, terá de ser suportada por todos igualmente».

### MENSAGEM

O Movimento de Esquerda Socialista M.E.S. — saúda os camaradas trabalhadores presentes no 1.º Congresso dos Sindicatos convicto de que a luta pela construção da sociedade socialista em Portugal passa, neste momento, pela unidade do combate em torno da consolidação do poder popular, nas cidades e nos campos e da institucionalização do verdadeiro controlo operário sobre a produção e distribuição.

Face à vergonhosa escalada da reacção que procura recuperar o terreno perdido destruindo as conquistas alcançadas nos duros combates da classe operária aliada aos progressistas e revolucionários do M.F.A., o M.E.S. defende que só um Governo revolucionário apoiado num programa de transição para o socialismo e numa frente unitária popular poderá fazer avançar irreversivelmente o processo no caminho do socialismo.

PELA DEMOCRACIA INTERNA NOS SINDICATOS!

UNIDADE PROLETÁRIA

PARA A VITÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA!

AVANTE PELO PODER POPULAR!

VIVA O SOCIALISMO!

O secretariado da Comissão Política Nacional do M.E.S.

# AS TAREFAS ACTUAIS PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Camaradas:

O Movimento de Esquerda Socialista tem definido a sua actuação em torno de princípios bem claros:

— A aliança fundamental na fase actual do processo revolucionário é a aliança das massas populares em luta e os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários do M.F.A..

— O avanço do processo revolucionário exige a fusão do M.F.A. com o movimento popular de massas em torno da construção do poder popular e do exército popular.

— A unificação da vanguarda política do processo como forma de forjar a vanguarda de classe do proletariado é condição indispensável, sem a qual não haverá revolução socialista».

É à luz destes princípios que nós, Movimento de Esquerda Socialista, nos situamos face à crise actual.

Os objectivos da contraofensiva da reacção

correcções do processo e a reacção cada vez mais forte das classes e camadas sociais, cuja situação e privilégios estão a ser postos em causa, para tentar isolar os oficiais progressistas e revolucionários do M.F.A., dividir os trabalhadores e enfraquecer o movimento popular de massas.

A ofensiva popular e o apoio dado pelo M. F. A. na sua última assembleia à via do poder popular, do poder do povo trabalhador, em oposição clara à via democrato-burguesa, tiveram como resultado imediato pôr a claro aquilo que nós, Movimento de Esquerda Socialista, sempre afirmámos: os partidos burgueses assinam o pacto do M. F. A. para o violarem a seguir.

O C. D. S., o P. P. D. e o P. S. tentando fazer da constituinte uma tribuna contra-revolucionária e tentando impor um Governo de coligação direita violaram frontalmente o pacto que assinaram com o M. F. A. e, mais

as classes e camadas sociais aliadas da classe operária.

Fase tanto mais decisiva quanto a questão central é a questão do poder, e qualquer hesitação, ambiguidade ou tentativa de conciliar o irreconciliável não deixará de levar a uma solução de compromisso e a um alargamento do campo de manobra da contra-revolução.

O avanço do processo revolucionário exige uma definição ao nível do poder político que garanta a consolidação, concretização e desenvolvimento do ataque ao poder económico da burguesia e do projecto do poder popular.

A crise política impõe como alternativa revolucionária a que se baseia num programa revolucionário capaz de responder aos anseios fundamentais das massas trabalhadoras e de constituir um impulso suficientemente forte para a unificação da vanguarda política do processo revolucionário.

Um programa revolucionário, uma frente política e social capaz de o levar por diante e um Governo de unidade revolucionária que emane dessa frente constituem em síntese a alternativa à actual crise política defendida pelo movimento de Esquerda Socialista.

O que é um programa revolucionário?

É um programa que assegure a caminhada irrisível para o socialis-

mo. Um programa que acabe com as hesitações e indefinições mantidas até agora pelos governos de conciliação de classes. Um programa que inclua um conjunto de medidas populares imediatas que limitem o campo de manobra da reacção capitalista.

Um programa revolucionário teria necessariamente que começar por definir claramente o socialismo como uma fase de transição para a sociedade sem classes, como uma sociedade onde sairá vitorioso o combate à separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, à contra-dição entre a cidade e o campo, ao capital, à exploração e à opressão, assente no poder dos trabalhadores com a classe operária na vanguarda e na colectivização dos meios de produção. Assim se acabaria com a demagogia dos partidos burgueses e reaccionários que todos se reivindicam do socialismo.

Um programa revolu-

industrial e agrária a dizerem que estão a ser marginalizados do processo...

As medidas que defendemos são medidas não só possíveis como necessárias para garantir o avanço do processo revolucionário, medidas que só necessitam da firmeza revolucionária para serem levadas por diante.

A nacionalização das principais empresas de construção civil permitindo a imediata redução das rendas de casa, quer pela fixação de uma percentagem sobre os salários, quer através de um montante fixo por assalariado, consoante as situações concretas e os diferentes níveis de organização popular.

A nacionalização do comércio externo, do comércio grossista interno e das principais empresas de transportes de carga e a reestruturação imediata da banca e seguros que meses após a nacionalização continuam a funcionar, no essencial, dentro da lógica

de um programa revolu-

mento dos impostos sobre as classes e camadas privilegiadas, da limitação dos rendimentos dos senhorios (montante das rendas e número de prémios), da redução imediata dos ordenados dos membros do Governo, das comissões administrativas das empresas nacionalizadas e dos oficiais de patente mais elevada.

O ataque aos privilégios da burguesia através da requisição de moradias de luxo, palácios, iates, aviões particulares e da limitação dos divertimentos de luxo.

A definição clara de uma posição firme face aos investimentos estrangeiros, quer pela nacionalização imediata do capital estrangeiro das empresas e sectores já nacionalizados, quer dos sectores e das condições para os quais e segundo as quais se orientarão os investimentos estrangeiros.

São estas as medidas económicas imediatas que tem de fazer parte de um programa revolu-

ao imperialismo são os pilares de uma transformação da economia assente no controlo operário sobre a produção através das comissões de trabalhadores, e numa reforma agrária subordinada ao estabelecimento do poder popular nos campos.

Um programa revolucionário teria que conter a concretização do projecto de poder popular aprovado na última assembleia do M. F. A. para que a generalização das comissões de trabalhadores e moradores e dos conselhos de aldeia bem como a criação das assembleias populares não sejam algo para se construir daqui a 20 anos mas sim algo decisivo a levar por diante desde já para impulsionar o próprio processo revolucionário. Concretização do poder popular, combatendo qualquer hipótese de controlo burocrático ou instrumentalização partidária dos órgãos de massa.

Um programa revolucionário teria de definir

Português ao M. P. L. A. na luta contra os fantoches do imperialismo, a F. N. L. A..

Um programa revolucionário teria finalmente que conter uma definição de uma política de informação colocando-a ao serviço da emancipação do povo trabalhador, libertando-a de todas as tutelas reaccionárias, nomeadamente do caciquismo religioso. Se a imprensa e os meios de comunicação social não se encontram em Portugal tal como no Chile, por exemplo, nas mãos da burguesia e das forças políticas de direita o que é facto, e é bom que se diga, é que se encontram nas mãos de quem não só não sabe colocá-los ao serviço da revolução, como ainda fornece armas à contra-revolução.

Esta frente política estaria assim voltada para dois objectivos fundamentais: a construção do poder popular e o isolamento da social-democ-

sa e dividida em termos que levasse à recomposição de toda a esquerda e, particularmente, da esquerda revolucionária, tornando viável o combate pela criação de uma verdadeira vanguarda de classe, alicerçada nos interesses e experiências do proletariado, sem a qual não haverá revolução socialista.

Unificar a vanguarda política, vanguarda necessariamente contraditória, é um passo que a existência do M. F. A. e, mais precisamente, do seu sector progressista e revolucionário, permite que seja um passo capaz de assegurar uma crescente hegemonia da linha revolucionária e de tornar viável o combate pela criação de uma vanguarda de classe ligado aos problemas das massas populares e às exigências do processo revolucionário.

Mais, nós entendemos que o próximo Governo ou se constitui nestes termos ou pelo menos, contém em si elementos que apontem no sentido do

programa revolucionário e da unificação da vanguarda política, ou então seja qual for a solução a direita e a social-democracia verão reforçado o seu campo de manobra.

Com efeito, camaradas, entre a alternativa revolucionária que propomos e a alternativa social-democrata não há posição intermédia.

As opções e o caminho a percorrer estão quanto a nós bem definidos. No entanto, e já que as forças de direita e sociais-democratas têm lançado mão do discurso ideológico e da demagogia para afastarem os trabalhadores do caminho correcto, nós devemos dar-lhe combate mesmo nesse terreno.

Os dirigentes do PS afirmam no meio da sua histeria contra-revolucionária que as últimas decisões da Assembleia do MFA representam o desprezo formal da vontade popular. É incorrecto: representam, sim, o desprezo popular da vontade formal expressa nas urnas burguesas.

Esses dirigentes social-democratas afirmam igualmente que as liberdades democráticas não são burguesas. É incorrecto. Nós afirmamos que as liberdades burguesas não são democráticas e têm de ser combatidas, pelo avanço seguro do poder popular.

Camaradas:

Erguendo o poder popular, caminhando na fusão do MFA com o movimento popular de massas, na criação de um verdadeiro exército popular, saberemos fortalecer a aliança militante dos revolucionários fardados e não fardados, dos trabalhadores com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários do MFA, expressa num Governo de unidade revolucionária, e derrotar a reacção capitalista.

VIVA O PODER POPULAR!  
VIVA O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA!  
MFA — PODER POPULAR!



capitalista tendo como ponto de partida a saída do P.S. e do P. P. D. do Governo Provisório são bem claros: liquidar a constituinte do Poder Popular, impor um Governo de coligação social-democrata e neo-fascista e inverter o sentido da correlação de forças no seio do M. F. A..

Os meios utilizados são igualmente claros: explorar demagogicamente todas as ambiguidades, hesitações e in-

importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

Camaradas: Estamos chegados a uma fase decisiva em que urge derrotar a contra-revolução e resolver a questão central da fase actual do processo revolucionário, isto é, unificar a vanguarda política do processo e conquista-

do processo e conquista-

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

o importante, encarregaram-se de retirar significado daquilo que tão encarnadamente têm defendido e utilizado: as eleições burguesas para a constituinte.

**VIVA O PODER POPULAR  
VIVA O MOVIMENTO  
DE ESQUERDA SOCIALISTA  
MFA — PODER POPULAR**

**intervenção do camarada Augusto Mateus,  
membro do secretariado da C.P.N.**

# Sobre o controlo operário

Entre 17 e 24 de Julho, o camarada Marcolino Abrantes da Comissão Política Nacional do MES, esteve em Inglaterra a convite do Instituto do controlo Operário. Numa das sessões de trabalho com sindicalistas e militantes operários britânicos pronunciou o discurso que a seguir transcrevemos:

Camaradas:

O controlo operário sobre a produção, é uma tarefa prioritária dos trabalhadores portugueses.

O processo revolucionário não pode avançar sem que os trabalhadores, sem que a classe operária e os seus aliados históricos, ganhem a capacidade necessária para a tomada e o exercício do Poder.

Só a afirmação de poder operário em todos os locais de trabalho, numa perspectiva global, pode fazer das nacionalizações um processo de ataque ao lucro, às relações capitalistas de produção, à hierarquia e divisão capitalistas do trabalho e à disciplina patronal reaccionária, por um lado, e um processo de transformação da economia portuguesa voltado para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores, por outro lado.

O controlo operário sobre a produção nas empresas nacionalizadas e nas empresas privadas ultrapassa o campo da movimentação reivindicativa. O controlo operário põe claramente a questão do poder, não só a nível do local de trabalho, como ao nível da própria economia: trata-se de vetar decisões e orientações contrárias aos interesses dos trabalhadores e ao processo revolucionário e de forças de decisão e orientação que vão na sua defesa e avanço, respectivamente, face a uma gestão das empresas e uma política económica estatal que continuam a ser, no essencial, capitalistas. Alavanca da criação do poder operário e popular, o controlo operário sobre a produção aponta igualmente para a luta ofensiva dos trabalhadores, única via de obrigar o capital a pagar a sua própria cri-

se.

Camaradas:

O controlo operário tem de ser levado por diante pelos trabalhadores com base nos órgãos que têm posto em questão o poder do capital e que têm de ser fortalecidos e generalizados a todas as empresas e ramos de actividades.

lhadores com efectiva experiência de luta, eleitas democraticamente e funcionando coordenadamente com as comissões sindicais são base a partir da qual deve avançar o controlo operário.

As tarefas da implantação do controlo operário sobre a produção não devem no entanto desviar os trabalhadores da luta pela reestruturação do movimento sindical em bases democráticas, de actividade e numa linha anticapitalista.

## WORKERS' CONTROL



Nascidas das necessidades da luta reivindicativa, derivadas fundamentalmente das características da organização sindical, muitas comissões de trabalhadores rapidamente ultrapassaram o campo reivindicativo, para devido às proporções da crise económica, actuarem num campo onde a questão do Poder se colocou claramente.

A luta contra a sabotagem económica, os despedimentos, o não pagamento de salários, a luta pelo saneamento atingiram proporções e formas (como as ocupações de fábricas) em que o poder capitalista foi efectivamente combatido.

As comissões de traba-

Não basta assegurar a hegemonia operária no seio dos órgãos do poder dos trabalhadores em cada local de trabalho, para assegurar aos trabalhadores o controlo sobre a produção, sobre as nacionalizações, sobre a reorientação da economia nacional.

O que está em causa é toda a economia, por isso têm de ser criados órgãos de controlo ao nível regional e a nível nacional; para isto as comissões de trabalhadores é quem constitui a espinha dorsal de todo o edifício do controlo operário.

Se as lutas parciais dos trabalhadores se devem sempre nortear pe-

los objectivos dos explorados e oprimidos, da luta pelo Socialismo, na fase em que vivemos no meu País isto é ainda mais decisivo.

É por isto que a luta económica tem de ser articulada com a luta política, a luta reivindicativa tem de ser articulada com o controlo operário sobre a produção.

Os sindicatos e o movimento sindical devem ser representados nos órgãos sectoriais regionais e nacional do controlo operário e os delegados sindicais devem fazer parte das comissões de trabalhadores, mas nunca constituindo a sua base, isto é, complementariamente.

Sendo o controlo operário sobre a produção um passo de afirmação do poder popular, ele terá necessariamente que assentar na democracia directa e do poder das Assembleias de trabalhadores.

O antimonopolismo estreito, para o qual as nacionalizações representam um fim em si, terá de ser ultrapassado pelo anticapitalismo, consequente, para o qual não basta nacionalizar os sectores chave da economia, pois são sobretudo necessárias as transformações qualitativas a realizar nas relações de trabalho e de produção nas empresas nacionalizadas.

O controlo operário sobre a produção tem de ser encarado como base para ultrapassar as características actuais da organização dos trabalhadores apontando o caminho dos conselhos de trabalhadores, órgãos de poder popular de uma região e da luta da classe operária e dos seus aliados, nomeadamente dos restantes trabalhadores e dos soldados e marinheiros.

Portanto, camaradas, a luta a travar é ofensiva.

A luta a travar é anticapitalista e não meramente antimonopolista, e neste sentido a batalha da produção é uma batalha iminentemente política

A batalha da produção é entendida pela maioria dos trabalhadores portu-

gueses como a batalha contra a sabotagem económica, contra a desorganização capitalista da economia, (e os efeitos mais sentidos são o desemprego e a inflação), como a batalha pelo controlo operário na via da luta consequente contra o capital.

Camaradas, neste sentido apelamos para se solidarizarem com a nossa luta e isolarem todas as tentativas de sabotagem económica do meu País, para isso o Internacionalismo Proletário é a úni-

ca resposta possível às manobras do capitalismo internacional.

Só assim poderemos em todo o Mundo acabar com a exploração do homem pelo homem, criar a sociedade sem classes.

**Abaixo a exploração capitalista**

**Viva a classe operária**

**Viva o Internacionalismo proletário**

**Viva o Socialismo**

## Carta de Inglaterra

De Benavente emigrei para Inglaterra há 8 anos onde resido, fui mais um que fui obrigado a emigrar para tentar o futuro que na altura dos ditadores Salazar e Caetano, a classe trabalhadora não tinha «chance». Sou daqueles emigrantes que também estou deseioso de voltar para o novo Portugal, mas o problema da minha volta não me preocupa por agora, porque quando eu voltar quero encontrar aquele Portugal que sempre sonhei, um país de sociedades sem classes verdadeiramente socialista, e não um socialismo falso, social-democrata, onde a burguesia continua a explorar a classe trabalhadora, certos partidos que não são de bases, mas sim de cúpulas tentam impor a Portugal, neste caso cito o P.S. do qual eu fui um antigo militante da secção de Londres mas me apercebi do erro que tinha cometido quando comecei a ver que o P.S. tem por linha política a social-democracia, que fez do caso «República» uma propaganda que só serviu a reacção servindo-se do anticomunismo, que a cúpula do P.S. tem, enfim uma política para dividir as classes trabalhadoras. Claro que as bases do P.S. de Londres abriram os olhos e saíram do P.S., ficando agora este reduzido aos sociais democratas. Com a saída do P.S. e P.P.D. do Governo, cá está a imprensa burguesa e reaccionária inglesa a lançar outro ataque à nossa jovem democracia pois desta vez até atingiu a secção portuguesa da B.B.C., pois Mário Soares e P.S. queixam-se aos colegas sociais democratas ingleses que esta secção estava a fazer propaganda em favor do P.C. português, o que é uma autêntica calúnia de mentiras, que aliás porque quem está à cabeça da B.B.C. (serviço português) é um membro do P.S. um autêntico social democrata, claro que é impossível usar a B.B.C. para ajudar a revolução.

Contudo acho estranho que a nossa revolução está neste momento a ser vítima de calúnias e mentiras, e a nossa embaixada, e consulado, continuam indiferentes a tudo. Já agora dirijme a todos os camaradas emigrantes: mais do que nunca apontemos as nossas armas para ajudar a nossa revolução enviando mais do que nunca as nossas poupanças e combateremos a imprensa reaccionária dos países onde estamos.

**VIVA O PODER POPULAR  
A REACÇÃO NÃO PASSARÁ, AGORA MAIS  
DO QUE NUNCA VIGILÂNCIA POPULAR.**

# A China e Angola

1. «Não existe nenhum conflito de interesses entre os três movimentos de libertação de Angola, e os conflitos que q's podem opor são essencialmente devidos a manobras de dissensão perpetradas pela União Soviética». **Esta é a mais recente posição da China** (ag. «Nova China — Pequim, 26 Julho) sobre as manobras do imperialismo em Angola.

Assim se substitui uma análise materialista das forças de classe em presença pelo mais pobre idealismo que não convence quem esteja minimamente informado da luta heróica do povo angolano; assim se substitui o internacionalismo proletário, pelo mais descarado oportunismo, pelo jogo e «contra-jogo» de blocos.

De facto, para a agência «Nova China» os recentes ataques desesperados das forças rascistas, tribalistas e imperialistas da F.N.L.A., as atrocidades por ela cometidas, o apoio que a mesma dá e recebe dos mais fantoches regimes africanos (desde o Zaire à África do Sul passando por Idi Amin), e a resposta revolucionária vitoriosa do povo em armas — o M.P.L.A., não passam de manobras dos «sociais-imperialistas soviéticos que provocaram de modo flagrante um conflito armado para sabotar a independência».

«Embora a O.U.A. reconheça e apoie os 3 movimentos de libertação — continua o comunicado — o social imperialismo classifica-os de uma maneira viciosa em 3 categorias: revolucionários, contra-revolucionários e não-revolucionários... E isto

## Tactica e estratégia

Uma informação que acaba de chegar merece que nos debrucemos sobre ela. Na realidade reveste um profundo significado não somente para o povo angolano e as forças progressistas e revolucionárias que apoiam o prosseguimento da sua luta de libertação nacional, mas também para todos os que, inspirados no exemplo histórico da revolução chinesa, continuam o seu combate de libertação.

Com efeito, confirma-se que, quando da sua última viagem a Pequim, Lúcio Lara, membro do bureau político do M. P. L. A. e chefe da sua delegação em Luanda, foi informado pelos dirigentes chineses que, «para evitar exacerbar o conflito que devasta Angola», haviam decidido suspender todo o auxílio militar à F. N. L. A. de Roberto Holden, à U. N. I. T. A. de Jonas Savimbi e ao M. P. L. A. de Agostinho Neto. Em compensação, o governo chinês não tomou nenhuma decisão a respeito da retirada dos seus peritos militares que treinam as tropas de Holden no Zaire e no norte de Angola.

Durante muito tempo, evitamos tomar posição a respeito deste assunto. Quando interrogámos os diplomatas chineses em serviço nas capitais do terceiro mundo, as suas respostas eram vagas, nunca definitivas. Com muito poucas excepções, abstivemo-nos mesmo de reproduzir uma correspondência volumosa que nos chega de todas as partes do terceiro mundo, e particularmente do continente africano, com receio que ela apenas se baseasse em rumores não confirmados. E isto até ao recente momento em que um prestigioso chefe de estado africano nos participou as suas próprias diligências oficiais em Pequim com vista a pôr fim ao apoio chinês à F. N. L. A., dizendo-nos:

«Disse precisamente ao primeiro ministro chinês, que não compreendíamos que o país de Mao pudesse prestar uma ajuda, qualquer que seja, a uma organização criada, financiada, teleguiada pela C. I. A. e cujo verdadeiro objectivo é aniquilar uma verdadeira independência do povo angolano. As explicações que consegui

tudo apesar dos 3 movimentos terem durante anos preservado na luta armada».

Tudo claro! Não há classes, não há contradições! Para a China:

a. O M.P.L.A., a F.N.L.A. e a U.N.I.T.A. são os 3 movimentos de libertação, todos com uma grande tradição de luta armada, todos revolucionários.

E que se dariam às «mil maravilhas» se não fossem os «malandros» dos soviéticos.

b. Que a burocracia de Estado na U.R.S.S. prefere o jogo de alianças ao internacionalismo proletário, que o revisionismo reconstrói novas formas de dominação e hegemonia ao nível mundial, típicas das relações imperialistas, é um facto comprovado pela história das lutas dos explorados e oprimidos das últimas décadas.

Mas não há estratégia anti-social imperialista que explique, em termos progressistas e sem malabarismos táticos, uma posição que se tem pautado pelo apoio descarado aos baluartes do imperialismo em Angola.

Lénine dizia que «a política externa é sempre o reflexo da política interna». Se é incorrecto retirar mecanicamente da política internacional uma crítica fácil ao modelo de construção do socialismo na China, mais incorrecto é interpretar as recentes posições internacionais chinesas como simples «erros» da direcção do P.C.C. Esta a crítica principal que temos a fazer ao artigo de Simon Malley, que a seguir transcrevemos, mas que pela sua honestidade revolucionária nos pareceu importante publicar.

não me satisfizeram de maneira nenhuma, e com a minha franqueza de militante revolucionário, não o escondi...»

Face a esta política que lança a confusão e suscita, porque não dizê-lo? uma profunda desilusão na opinião africana a respeito da China, já não é possível calarmos-nos. Nem fecharmos os olhos quando se desenrola diante de nós o drama do povo angolano que o imperialismo procura arasar. Como é que uma potência socialista, e além disso revolucionária, um país cujas vitórias galvanizaram os nossos povos, como a China, pode apoiar os covardes de Angola?

Se «a política deve ser colocada no posto de comando» tal como o preconiza o presidente Mao Tsé-Tung na «carta de Anchan», será concebível, como parecem dizê-lo os camaradas chineses, separar o aspecto «técnico» da ajuda aos fascistas da F. N. L. A. do seu aspecto «político» sem trair o pensamento de Mao? A decisão do governo chinês de ajudar criaturas imundas, traidoras do seu povo, como Holden e Savim-

bi, poder-se-á explicar senão como um acto político longamente reflectido? Como justificar a escolha de colocar os três movimentos no mesmo pé de igualdade, enquanto o M. P. L. A. é a única organização que luta por uma verdadeira liberdade política e económica de Angola, como justificar esta escolha senão como uma tomada de posição que nos deixa pelo menos pasmados?

Os camaradas chineses teriam podido encerrar, por exemplo, o apoio à luta de libertação da

Indochina enviando instrutores a Thiêu e a Lon Nol?

Onde está a diferença entre estes dois fantoches e Holden-Savimbi? Uns como outros não são agentes a soldo do imperialismo americano e ocidental?

O comité de libertação da O. U. A., diz-se em Pekim, reconhece apesar de tudo a F. N. L. A. Sim, mas desde quando o apoio de uma organização de Estados foi um critério para determinar a política de um país revolucionário como a China? O reconhecimento de Chang Kai-check pela O. N. U. durante perto de vinte anos alguma vez influenciou a atitude ou o julgamento dos países que votaram sempre a favor dos direitos inalienáveis da China popular?

Mais de uma vez a nossa revista defendeu a política chinesa. Mesmo quando estávamos conscientes que poderia tratar-se, em certos casos, da parte dos responsáveis chineses, de «posições táticas» destinadas a quebrar o isolamento diplomático no qual o imperialismo americano procurava colocá-los. Recusámo-nos sempre ao protesto fácil. A experiência chinesa reveste para o Terceiro Mundo um tal valor de exemplo revolucionário, que a questão não se podia pôr entre querelas bizantinas sobre o fundamento desta ou daquela tomada de posição tácti-

ca. Mas, no caso de Angola, o fogo é tal que já não se trata de uma questão de tática, que seria desonesto abrigar-mo-nos, em considerações táticas: poupar o Zaire ou alegar uma pretensa aliança entre o M. P. L. A. e a U. R. S. S. — que é apenas um tecido de mentiras engendradas propositadamente por Mobutu e seus aliados americanos — ignorando a estratégia que o imperialismo desenha na África Austral onde estende os seus tentáculos por toda a parte.

Face a esta estratégia, só outra estratégia se lhe pode opôr, a estratégia revolucionária. A falta da qual, é nosso dever chamar a atenção aos camaradas chineses de que eles estão no caminho errado, e que, os factos teimam em comprová-lo, estão em contradição com os ensinamentos do próprio presidente Mao.

Sim, a política deve estar no posto de comando. Para nós como para todos os progressistas e revolucionários, há apenas uma via possível em Angola nesta fase decisiva: o apoio sem reserva da luta de libertação conduzida pelo M. P. L. A. e a suspensão de todo o auxílio, qualquer que ele seja, aos inimigos de uma verdadeira independência: os Holden, Savimbi, Mobutu e seus orientadores de Washington, Londres, Paris ou Bona.

Simon Malley  
in «Afrique-Asie» n.º 88



Material de guerra proveniente da China foi encontrado nas delegações da FNLA em Luanda

# uma alternativa revolucionária

documento da Organização Regional do Porto

## I A CRISE

## A ESCALADA

## OS ACONTECIMENTOS DO PORTO

No Porto, na madrugada de sábado, dia 19, grupos populares destroem instalações de partidos progressistas enquanto manifestantes liderados por militantes do Partido Socialista cercam o Rádio Clube Português, insultando o M.F.A.

De facto todo o País tem vivido nos últimos dias um clima de grave tensão política, que não se circunscreve aos centros de decisão política. Esse clima reflecte-se em movimentações e acções populares em grande parte instrumentalizadas por forças reacçãoárias. A direcção so-

A crise económica e a crise política são duas faces da mesma questão que não terá resposta se não se atacarem as contradições reais da sociedade portuguesa e sem definir os extractos populacionais a mobilizar para a Revolução. A incapacidade de concretizar medidas objectivas que efectivamente dêem coesão a um bloco revolucionário amplo (classe operária e seus aliados históricos), está a enfraquecer os sectores progressistas da esquerda portuguesa: enquanto uns apelam para o Povo, globalmente, sem apontar quais as camadas exploradas que a revolução libertará, outros medem os avanços políticos em termos exclusivos de controlo partidário do aparelho de Estado, dos aparelhos sindicais ou dos aparelhos de informação.

**A insegurança de certos sectores da população é fruto da indefinição de claros objectivos revolucionários que as contemplem.**

A urgência dos avanços no sentido desta clara opção, a que muitas forças se opõem como nos últimos acontecimentos demonstraram, não pode, pois, verificar-se sem que, urgentemente, se concretizem linhas claras no plano da economia. De facto, crescentes sectores populares são lançados no descontentamento e na insegurança quanto ao futuro, terreno fértil da contra-revolução, como a história claramente tem demonstrado.

Nos momentos históricos de profunda transformação social, surgem

sempre factores de deterioração económica que acarretam um agravamento das condições de vida do proletariado e de largos sectores da pequena-burguesia. As forças reacçãoárias tentam aproveitar sempre o descontentamento popular dos sectores com menor consciência de classe voltando-os contra o que, verdadeiramente, pretendem que as massas se organizem no sentido da sua emancipação e da resolução dos seus problemas concretos.

## II: FUNDAMENTOS DE UMA LINHA POLÍTICA ALTERNATIVA



**Por uma direcção política forte e audaz, apoiada nos órgãos de Poder Popular capaz de se antecipar à evolução da crise e de cimentar o bloco revolucionário.**

A gravidade dos recentes acontecimentos exige não só que se criem condições políticas que permitam uma adequada política económica no sentido do Socialismo, apontando saídas para os problemas dos sectores sociais potencialmente aliados da classe operária em risco de se situarem contra a revolução, mas igualmente que as organizações políticas sejam capazes de traçar o caminho da unidade revolucionária.

**A ausência de uma direcção política revolucionária, de uma vanguarda revolucionária, faz com que, até ao presente, as medidas adoptadas o fossem em função da deterioração da economia e não da audácia de soluções que se lhe anteci-**

**passem e cimentassem o bloco revolucionário.**

Nesse sentido a questão que exige resolução a mais curto prazo é a do poder político. O M.F.A. liderado pelo seu sector revolucionário tem de assumir a responsabilidade de um Poder unificado, forte e com autoridade que responda à necessidade de uma política económica audaz que comece por servir imediatamente às necessidades mais prementes das massas trabalhadoras.

Para se evitar a centralização burocrática é necessário que este poder forte e revolucionário, seja instrumento de dina-

política que nos dê garantias de uma linha de diluição de dependências e de trocas, privilegiando países de economia complementar à nossa.

A via da independência nacional exige que se dêem avanços decisivos para resolver a questão da nossa auto-suficiência, sobretudo ao nível dos produtos alimentares de primeira necessidade. A viragem ao campo, posta em marcha uma Revolução Cultural, é uma das soluções radicais a encarar como mais um garante da independência nacional.

**GANHAR TEMPO ATÉ QUE SE POSSAM PÔR EM PRÁTICA AS BASES DE UMA PLANIFICAÇÃO GLOBAL**

O combate imediato à crise conjuntural deverá ser feito com o objectivo de ganhar tempo até que se possam pôr em prática as bases de uma planificação global que estabeleça uma estratégia diferente para a economia, subordinada às necessidades sociais e não ao lucro.

Uma política de austeridade implica um imediato estabelecimento de impostos progressivos sobre os rendimentos e sobre o consumo de bens não essenciais. As importações terão de obedecer a soluções restritivas, limitando-se aos produtos essenciais, a que a produção interna não dê resposta. Será de exigir um forte controlo estatal sobre todo o comércio interno e externo com a eliminação de circuitos especulativos e a criação de estruturas que permitam um correcto escoamento da produção.

Deverá ser dada prioridade à intervenção nos sectores em crise, nomeadamente, agricultura, construção civil, têxteis, etc.

**Por uma política socialista de independência nacional.**

Só um poder revolucionário unificado pode responder às influências ou a qualquer tentativa de integração nos quadros económicos do imperialismo. A recusa de privilégio de dependências a qualquer dos blocos a que o P.C. ou P.S. se poderão referenciar leva-nos à opção clara por uma direcção

É altura de agir com rapidez, colocando as decisões políticas, económicas e militares, de acordo com as necessidades diárias do Povo trabalhador. Assim se criarão condições para que se unifique a barricada dos explorados, e se combatam as velhas estruturas do Estado burguês que todos os reacçãoários querem fazer sobreviver, substituindo-as por um Estado de tipo novo que será gerido pela organização crescente das massas trabalhadoras.

### A MANIFESTAÇÃO DE 18 DE JULHO: MAIS UM PASSO EM FRENTE NA CONSTRUÇÃO DO PODER OPERÁRIO E POPULAR, RUMO AO SOCIALISMO!

Correspondendo ao apelo das comissões de moradores e comissões de trabalhadores muitos milhares de trabalhadores do Porto e militantes revolucionários, demonstraram ontem, de forma inequívoca, o apoio às decisões da Assembleia do M.F.A. que consagraram as estruturas do Poder Popular. Esta foi a forma mais eficaz de, às manobras reacçãoárias e divisionistas opor a força de organizações populares criadas pelas massas trabalhadoras numa luta que vem ganhando progressiva consciência anticapitalista.

Assim souberam também ultrapassar o sectarismo partidário daqueles que pretendem substituir a lógica segura de aparelhos autoritários à realidade revolucionária dos movimentos de massas.

Foi portanto uma intensa jornada de luta das massas trabalhadoras do Porto que surge a apontar caminhos, no momento em que forças fascistas e reacçãoárias convergem nas suas acções, explorando a crise aberta pelo desespero dos partidos reformistas e sociais-democratas.

Na unidade revolucionária forjaremos a resposta justa à reacção e avançaremos na construção do Poder Popular e do Socialismo, construindo os suportes dos organismos populares que exprimam quotidianamente a vontade das classes exploradas e oprimidas deste país.

Apela o M.E.S. — Movimento de Esquerda Socialista — para que a curto prazo se realizem na área urbana do Porto, novos avanços qualitativos do poder popular, articulando ainda mais incisivamente os organismos operários às comissões de moradores e às colectividades.

**Avante pela construção das assembleias populares locais!**

**Avante pelo Poder Popular, caminho do Socialismo!**

e alguns dos seus oficiais. Durante a tarde do mesmo dia, novos recontros mais violentos se desencadearam em Matosinhos.

cial democrata do P.S. foi o farol que despertou clientelas excitadas e a ofensiva das forças reacçãoárias internas e imperialistas.



# O sistema de trabalho assalariado



«Enquanto a sociedade se encontrar dividida entre duas classes opostas, de um lado os capitalistas, que monopolizam todos os meios de produção, a terra, as matérias-primas e as máquinas, e do outro lado os trabalhadores, os operários desprovidos de toda a propriedade sobre os meios de produção, que não possuem mais do que a sua própria força de trabalho, enquanto existir esta organização social, a lei do salário continuará a ser todo-poderosa e reforçará cada dia as cadeias que convertem o operário em escravo do seu próprio produto, monopolizado pelo capitalista.»

«Um salário justo por uma jornada de trabalho justa. Mas, que é um salário justo e uma jornada de trabalho justa? Como é que são determinados pelas leis debaixo de cuja acção vive e se desenvolve a sociedade moderna? Para responder a esta pergunta não devemos recorrer à ciência da moral ou à ciência do direito e da equidade, nem sequer a motivos sentimentais de humanitarismo, de justiça ou de caridade.

O que é justo para a moral ou mesmo para o direito, pode estar muito longe de o ser no aspecto social. A justiça ou a injustiça social são determinadas unicamente por uma ciência, pela ciência que trata dos factos materiais da produção e da troca, a ciência da Economia política.

Que é, pois, aquilo que a Economia política denomina salário justo e jornada de trabalho justa?

É simplesmente a quantia de salário e a duração e intensidade da jornada, a que se chega como resultado da concorrência entre patrões e operários no mercado livre. O que são, se partirmos desta definição?

Salário justo, em condições normais, é a soma necessário para assegurar ao operário os meios de subsistência necessários, conforme o nível de vida dentro da sua situação e da do País, para conservar a sua capacidade de trabalho e para propagar a sua espécie. A quantia real do salário, atendidas as flutuações da produção, pode oscilar por cima ou por baixo desta soma; mas, em condições normais, esta soma deve ser a resultante média de todas as oscilações.

Jornada de trabalho justa é aquela que, pela sua duração e intensidade, não priva o operário,

apesar de haver gasto por completo nesse dia a sua força de trabalho, da capacidade de realizar a mesma quantidade de trabalho no dia seguinte e sucessivos.

A transacção, pois, é assim: o operário entrega ao capitalista toda a sua força de trabalho diária, isto é, a quantidade que pode dar sem tornar impossível a constante repetição da transacção. Em troca, recebe os objectos justamente necessários, e não mais, para a vida, aquilo que necessita para que a transacção se possa renovar dia após dia. O operário dá tanto ao capitalista e o capitalista dá tão-pouco quanto a natureza da transacção o permite. Tal é esta peculiaríssima justiça.

Mas examinemos o assunto um pouco mais a fundo. Considerando que, segundo os economistas, o salário e a jornada de trabalho são determinados pela concorrência, a justiça parece exigir que ambas as partes sejam colocadas, logo desde o início, em igualdade de condições. Mas não sucede assim. Se o capitalista não conseguiu entender-se com o operário, encontra-se em condições de esperar, vivendo do seu capital. O operário não. Não tem outros meios de vida além do seu salário e por isso se vê obrigado a aceitar o trabalho segundo o tempo, o lugar e as condições em que o possa conseguir. Desde o princípio mesmo que o operário se encontra em condições desfavoráveis. A fome coloca-o numa situação terrivelmente desigual. Mas, segundo a economia política da classe capitalista, isto é a justiça.

Mas tudo isto não é senão simples minúcias e bagatelas. O emprego da força mecânica e das máquinas nas novas indústrias, assim como a extensão e o aperfeiçoamento das máquinas nas indús-

trias em que já se empregavam, tiram trabalho a um número cada vez maior de «braços»; e isto ocorre muito mais depressa do que os «braços» desempregados possam ser absorvidos e encontrar emprego nas fábricas do País. Estes «braços» desempregados formam um verdadeiro exército industrial de reserva, de que o capital se aproveita. Se os assuntos da indústria vão mal, podem morrer à fome, pedir esmola, roubar ou dirigir-se à caixa de trabalho; se os assuntos da indústria vão bem, estão sempre à mão para aumentar e alargar a produção; e enquanto o último homem, mulher ou criança deste exército de reserva não encontrar trabalho — o que só acontece nos períodos de frenética produção — a sua concorrência fará descer o salário, e a sua existência dará vigor à força do capital na sua luta contra o trabalho. Na rivalidade com o capital, o trabalho não se encontra apenas em condições desfavoráveis, mas deve ainda arrastar uma bola de canhão presa ao pé. Mas isso é o que é justo segundo a Economia política dos capitalistas.

Examinemos, no entanto, de que fundos paga o capital este salário tão justo. Do capital, já se vê. Mas o capital não produz valor. Além da terra, o capital é a única fonte de riqueza; o capital não é mais do que o produto acumulado do trabalho. Portanto, o trabalho paga-se com trabalho, e o operário é pago com o seu próprio produto. Segundo o que podemos chamar justiça comum, o salário do operário deve corresponder ao produto do seu trabalho. Mas, segundo a Economia política, isto não seria justo. Ao contrário, o produto do trabalho do operário vai para o capitalista e o operário não recebe dele, mais do que o estritamente necessário para viver. Assim, como resultado desta competição tão desusadamente «justa» o produto do trabalho daqueles que trabalham vai-se acumulando inevitavelmente nas mãos dos que não trabalham, convertendo-se numa potentíssima arma para a escravização dos próprios que o produziram.

Um salário justo por uma jornada de trabalho justa! Muito se poderia dizer também da jornada justa, cuja justiça é igual, ponto por ponto, à justiça do salário. Mas deixá-lo-emos para outra ocasião. Do que ficou dito torna-se perfeitamente claro que a velha palavra de ordem de um salário justo por uma jornada justa já cumpriu a sua missão e que é difícil manter-se nos nossos dias. A justiça da Economia política, na medida em que esta última fórmula acertadamente as leis que dirigem a sociedade moderna, está toda de um lado: do lado do capital. Assim, pois, enterremos para sempre a velha palavra de ordem e substituamo-la por outra:

**OS MEIOS DE TRABALHO — MATÉRIAS-PRIMAS, FÁBRICAS E MÁQUINAS — DEVEM PERTENCER AOS PRÓPRIOS OPERÁRIOS!»**

«Mas o salário alto ou baixo não é o que determina a degradação económica da classe operária: esta degradação reside no facto de que, em vez de receber pelo seu trabalho o produto completo deste trabalho, a classe operária vê-se obrigada a conformar-se com uma parte do seu próprio produto, que tem o nome de salário. O capitalista apodera-se de todo o produto (dele pagando ao operário) porque é o dono dos meios de trabalho. E por isso, a verdadeira emancipação da classe operária será impossível enquanto não for dona de todos os meios de trabalho — a terra, matérias-primas, máquinas, etc.. — e, com isso, dona de **TUDO O PRODUTO DO SEU PRÓPRIO TRABALHO.**»

**ENGELS, 1881**

# em frente pelo exército popular

Camaradas soldados, marinheiros, sargentos, oficiais progressistas e revolucionários:

O processo revolucionário em que estamos metidos é um processo cheio de contradições.

O mal (ou bem) não está propriamente nas contradições mas sim nos métodos para as resolver no sentido da construção do poder popular e do socialismo.

Exemplifiquemos:

A Assembleia do M. F. A. aprovou um projecto bastante correcto para a construção do poder popular.

**No entanto, para a criação das Assembleias Populares Locais nada mais se fez para além do que já estava em marcha por iniciativa das massas populares e de alguns quartéis mais atentos à realidade.**

Os militares revolucionários e Comissões de Trabalhadores e Moradores fizeram já sentir a necessidade de um Governo revolucionário para executar um programa revolucionário que urge definir e, apesar disso, nem o Governo se forma nem o programa da revolução socialista se define.

Já no 11 de Março foi a mesma coisa. Uns tempos antes começou a grande discussão à volta das nacionalizações.

Uns defendiam-nas intransigentemente, outros diziam que não haviam contradições e outros ainda, opunham-se a elas pura e simplesmente.

Foi preciso uma tentativa reaccionária em que já correu sangue, para um programa económico

mais progressista ser cumprido.

**Será que se espera outro golpe reaccionário para se definir e publicar um programa de medidas verdadeiramente revolucionárias e um Governo revolucionário capaz de o executar?**

**É que a indefinição e a hesitação são os terrenos mais adequados para a reacção se organizar mesmo à luz do dia.**

Senão vejamos o que se tem passado ultimamente.

Quase todos os dias vamos tendo notícias de que sedes de organizações progressistas são assaltadas e destruídas e de que o M. F. A. é atacado.

Quem promove estes actos de terrorismo? Não temos dúvida em afirmar que são caciques reaccionários e agitadores a soldo das forças bururguesas como o P. D. C., o C. D. S., o P. P. D. e o P. S.

No entanto, nalguns sítios houve centenas de pessoas, pelo menos, a apoiar estes actos terroristas.

Porquê?

**Porque a hesitação na condução do processo revolucionário e a falta de medidas verdadeiramente revolucionárias permite aos facistas e sociais-democratas explorar a ingenuidade e ignorância política de algumas camadas trabalhadoras que, doutro modo, estariam ao lado da revolução.**

As medidas concretas e revolucionárias e a educação política das massas são pois duas coisas fundamentais no momento que atravessamos.

Nós próprios, militares, também precisamos de

nos educar politicamente.

Também se tem verificado que a tropa não tem tido uma actuação correcta face aos últimos acontecimentos pois, nalguns sítios, têm pactuado com as forças reaccionárias que, agora, só pensam em cometer actos de vandalismo.

Porque é que isto tem acontecido?

Por duas razões fundamentais:

**1. Porque à cabeça de alguns quartéis estão oficiais reaccionários ou hesitantes que começam de novo a ter condições para deitar a cabeça de fora e jogar as suas cartadas.** O seu argumento principal é que não estão dispostos em se meterem em conflitos partidários, em conflitos entre o P. S. e o P. C. Isto é uma grande baboseira para tentar esconder as suas intenções reaccionárias.

O que se passa é que as forças contra-revolucionárias estão a tentar entrar a construção do socialismo, sendo as forças de esquerda como um bloco que suportam as consequências. O P. C. só surge como o mais visado porque é o mais forte organizativamente mas, não esqueçamos que a própria realidade vai demonstrando a falência do seu projecto reformista e a justeza das posições dos revolucionários.

**2. Em segundo lugar porque os nossos camaradas soldados, ainda não estão suficientemente organizados para em cada momento reflectirem colectivamente e tomarem as posições adequadas.**

De tudo isto, uma conclusão se tira:

**Enquanto o poder político hesita em avançar temos que avançar nós.**

Como e para quê?

Lutando pela realização de Assembleias de Soldados não controladas por ninguém.

Lutando pela organização dos contactos das A. D. U.'s com as Comissões de Trabalhadores e Conselhos de Aldeia das áreas dos quartéis.

Lutando pela criação das Assembleias Populares.

**Aplicando o justo correctivo aos contra-revolucionários que nos querem enganar e conduzir à suprema miséria e exploração.**

Assim, estaremos em condições de conjuntamente com os sargentos e oficiais progressistas e revolucionários impor uma clarificação e definição de objectivos e de um programa revolucionários ao poder político e estaremos também em condições de defender o Povo das agressões reaccionárias.

**Vivam as Assembleias de Soldados**

**Vivam os órgãos de poder popular**

**Vigilância sobre os oficiais hesitantes e reaccionários**

Camaradas soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas: os nossos aliados são os trabalhadores!

Com eles construiremos o Poder Popular, o Exército Popular e o Socialismo.



**Lutemos pelas Assembleias de Soldados !**

**Lutemos pela ligação com as Comissões de Trabalhadores e com os Conselhos de Aldeia das áreas dos quartéis !**

**Lutemos pelas Assembleias Populares !**